

Relatório Gerencial Mensal de Ocorrências

OUTUBRO 2025

Teresina – PI
2025

PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA

Sílvio Mendes de Oliveira Filho

VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA

Jeová Barbosa de Carvalho Alencar

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Cel. José Nunes Filho

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Francisco Feitosa da Silva

CHEFE DE GABINETE

Maria Nancy Gomes de Carvalho

GERENTE DE OPERAÇÕES

Marcos Rolf

GERENTE EXECUTIVO

João Batista Alves

TÉCNICO DE OPERAÇÕES

Jonas Jacinto Figueiredo

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Maria Ilziane Virginia da Silva

ASSESSOR TÉCNICO ESPECIALIZADO

Stanley Mendonça de Carvalho

Este relatório apresenta o panorama das ações da Secretaria Municipal de Defesa Civil (SEMDEF) no mês de outubro de 2025, com foco no atendimento à população e nas ocorrências registradas por zona e tipo. Em outubro, a SEMDEF atuou em resposta a eventos climáticos sazonais, reforçando ações preventivas, mobilização de equipes e cooperação com secretarias parceiras. Os dados apresentados refletem o registro oficial de atendimentos e ocorrem no âmbito de planejamento de ações para novembro.

1. Introdução à Análise Mensal

A Secretaria Municipal de Defesa Civil (SEMDEF) apresenta o Relatório Mensal de Outubro de 2025, com foco no atendimento à população e na gestão de ocorrências por zona e por tipo. O objetivo é oferecer uma visão clara da distribuição espacial e dos riscos, subsidiar a tomada de decisão, orientar ações de prevenção, resposta e recuperação, e propor melhorias para o período subsequente. O mês de referência abrange 01/10/2025 a 31/10/2025.

- **Período coberto:** 01/10/2025 a 31/10/2025
- **Fontes de dados:** registros do sistema de defesa civil, prontuários de atendimentos, fluxos de atendimento e relatórios de ocorrências.
- **Classificações utilizadas:**

Zonas administrativas do município: Norte, Sul, Sudeste, Leste e Rural (conforme delimitação municipal).

Tipos de ocorrência: Imóveis Residenciais, Árvores e Outras Vegetações, Incêndios Urbanos ou Queimadas, Imóveis Prediais, Obras, Invasão Territorial, Galerias/Valas/Grotões, Infestação de Pragas.

- **Critérios de risco e prioridade de intervenção:**
 - Frequência (número de ocorrências por tipo/zona)
 - Gravidade potencial (impacto esperado em pessoas, imóveis e infraestrutura)
 - Exposição populacional (densidade habitacional na área)
 - Vulnerabilidade estrutural (condição de edificações, drenagem, vegetação)
 - Necessidade de ações rápidas (resposta imediata, evacuação, isolamento de área)
- **Limitações:**
 - Dados dependem de registros formais; nem todas as zonas possuem desagregação por tipo; quando ausente, utiliza-se o total da zona.
 - O presente relatório não substitui a análise detalhada de campo nem mapas de risco, que devem acompanhar o relatório.

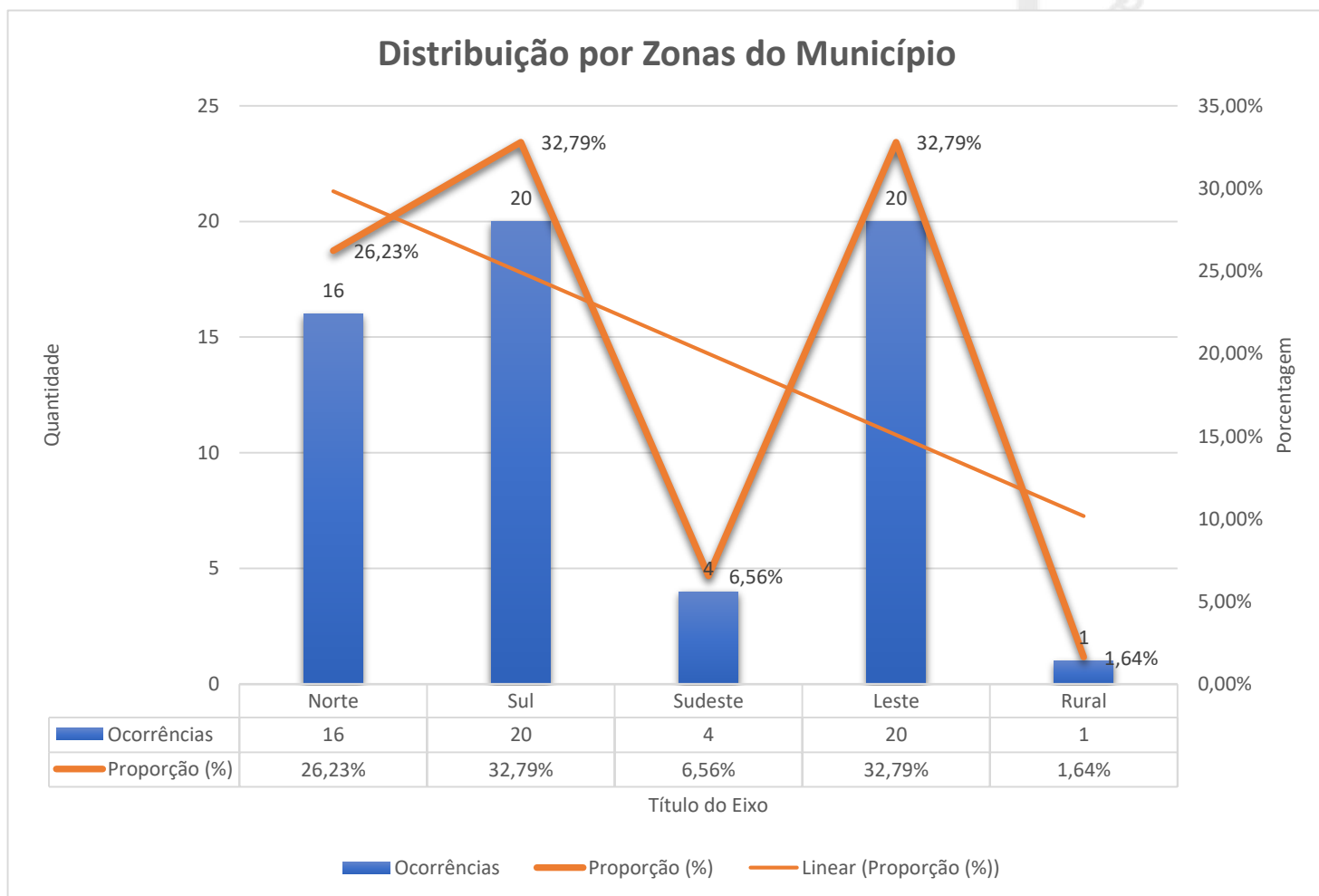
2. Distribuição por Zonas do Município

Tabela 1: Atendimentos por zona (número e porcentagem do total 61)

Zona	Ocorrências	Proporção (%)
Norte	16	26,23 %
Sul	20	32,79 %
Sudeste	4	6,56 %
Leste	20	32,79 %
Rural	1	1,64 %
Total	61	100,00%

Observação: a distribuição aponta para maior concentração de ocorrências na Sul e Leste, seguidas pelo Norte, com menor incidência nas áreas rurais. Esses dados orientam priorização de vigilância, brigadas locais e recursos logísticos. Em termos de implicação operacional, áreas com maior densidade de ocorrências demandam maior presença de equipes de resposta, estoques de insumos e planos de evacuação mapeados.

Gráfico:



2.1 Visão geral estratégica

- Concentração de atendimentos em áreas urbanas densas zonas Sul e Leste, com 32,79% cada, totalizando 65,58% combinados. Zona Norte e Sudeste apresentam participação similar (~26,23% e ~6,56%, respectivamente). Zona Rural representa 1,64%. Isso sugere que a demanda por defesa civil está fortemente associada a densidade populacional, infraestrutura concentrada e vulnerabilidades associadas à vida urbana (imóveis, redes de drenagem, vegetação adjacente).
- Incêndios urbanos ou queimadas respondem sozinhos por 34,43% das ocorrências, representando a maior parcela de risco entre os tipos de evento. Deve ser o foco prioritário de ações preventivas e de resposta. Seguidas por Árvores e/ou Outras Vegetações (26,23%) e Imóveis Residenciais (24,59%). Demais categorias somam 14,75%
- Zona Rural possui participação mínima (1,64%), o que pode indicar menor exposição populacional direta, porém não elimina vulnerabilidades específicas de campo (acesso, comunicação, risco de queimadas em áreas de cerrado, etc.).
- Principais insights (percepções): foco operacional em queimadas e proteção a imóveis residenciais; necessidade de reforçar presença em Sul e Leste; importância de ações preventivas sazonais e educativos.

2.2 Distribuição geográfica e perfis de vulnerabilidade

- Geografia do risco:
 - Áreas de alta densidade urbana: Norte, Sul e Leste apresentam maior concentração de ocorrências. Em termos de vulnerabilidade, essas zonas costumam ter:
 - Maior exposição populacional
 - Edificações próximas a vegetação ou áreas de drenagem
 - Infraestrutura crítica (vias de acesso, redes de água e energia)
 - Sudeste aparece com baixa participação (4 ocorrências), o que pode indicar menor densidade populacional ou diferentes padrões de uso do solo.
 - Rural: participação muito baixa, mas pode abrigar riscos distintos (dobras de acesso, calamidades em áreas sem cobertura de serviços, risco de incêndios rurais).
- Perfis de vulnerabilidade sugeridos:
 - Vulnerabilidade social: áreas com maior concentração populacional, famílias em situação de vulnerabilidade, baixa renda, acesso limitado a serviços de emergência. Esses fatores elevam a necessidade de evacuação rápida, abrigos e comunicação eficaz.
 - Vulnerabilidade física/estrutural: imóveis residenciais e imóveis prediais aparecem entre as categorias; edifícios de menor resistência ou próximos a áreas de drenagem/valas podem exigir inspeção estrutural, reforço de barreiras, e planos de evacuação.

- Vulnerabilidade ambiental: árvores e vegetação próxima a áreas urbanas elevam o risco de quedas e incêndios; galerias, valas e grotões indicam potencial de alagamento e assoreamento, requerendo monitoramento de drenagem.
- Abordagem de cruzamento de dados: recomenda-se cruzar os dados de ocorrências com indicadores de vulnerabilidade social (renda, índice de vulnerabilidade social, densidade populacional por área, acesso a serviços públicos) e com mapas de risco de inundação/erosão. Isso permitiria priorizar ações em áreas com maior necessidade combinada de proteção e resposta.

3. Quadro – Distribuição por tipo de ocorrência (Total: 61 atendimentos)

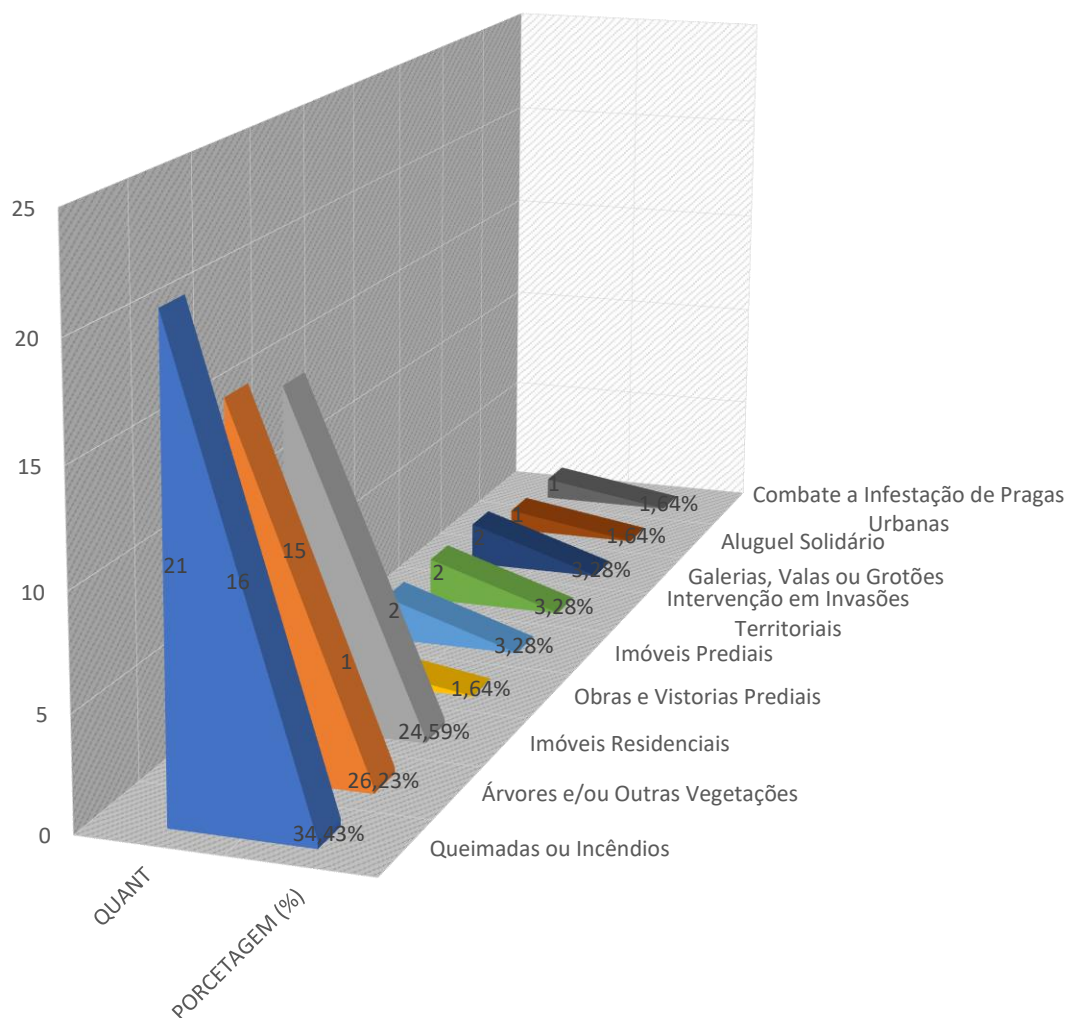
OCORRENCIAS	QUANT	PORCETAGEM (%)
Queimadas ou Incêndios	21	34,43%
Árvores e/ou Outras Vegetações	16	26,23%
Imóveis Residenciais	15	24,59%
Obras e Vistorias Prediais	1	1,64%
Imóveis Prediais	2	3,28%
Intervenção em Invasões Territoriais	2	3,28%
Galerias, Valas ou Grotões	2	3,28%
Aluguel Solidário	1	1,64%
Combate a Infestação de Pragas Urbanas	1	1,64%

Observações:

A ocorrência de Queimadas ou Incêndios lidera com 34,43% do total, seguida por Árvores e/ou Outras Vegetações (26,23%) e Imóveis Residenciais (24,59%). Esse arranjo sugere uma relação direta entre gestão de áreas de vegetação e risco de fogo em ambiente urbano/periurbano, bem como a necessidade de proteção de residências próximas a zonas de vegetação. A distribuição aponta para um perfil de demanda onde ações preventivas (monitoramento de vegetação, manutenção de drenagem, educação sobre fogo-Controlado) podem reduzir significativamente a exposição da população.

Gráfico:

Distribuição por tipo de ocorrência



	QUANT	PORCETAGEM (%)
■ Queimadas ou Incêndios	21	34,43%
■ Árvores e/ou Outras Vegetações	16	26,23%
■ Imóveis Residenciais	15	24,59%
■ Obras e Vistorias Prediais	1	1,64%
■ Imóveis Prediais	2	3,28%
■ Intervenção em Invasões Territoriais	2	3,28%
■ Galerias, Valas ou Grotões	2	3,28%
■ Aluguel Solidário	1	1,64%
■ Combate a Infestação de Pragas Urbanas	1	1,64%

3.1 Análise de quadro por tipo de ocorrência:

- Queimadas/Incêndios representam a maior parcela, sugerindo foco prioritário em prevenção, monitoramento de áreas de risco e resposta rápida.
- Ocorrências ligadas a imóveis residenciais aparecem em segundo lugar, sinalizando a necessidade de ações de proteção domiciliar, evacuação planejada e educação de moradores.
- As demais categorias têm participação mais modesta, mas requerem vigilância contínua para não subestimar problemas emergentes.

3.2 Análise integrada e insights operacionais

- Foco geográfico: Sul e Leste merecem atenção diferenciada com ações de prevenção, presença operativa contínua e monitoramento de hotspots. Recomenda-se:
 - Aumento de rondas preventivas e pontos de apoio logístico nessas zonas.
 - Fortalecimento de parcerias com órgãos municipais e comunitários para vigilância de queimadas e riscos de desastres urbanos.
- Foco temático: Queimadas/Incêndios exigem ações preventivas sazonais, educação comunitária, brigadas locais e capacidade de resposta rápida.
- Proteção de imóveis residenciais: reforçar campanhas educativas, rotas de evacuação, pontos de encontro e kits de emergência em comunidades de maior densidade populacional.
- Capacidade de resposta: manter prontidão de equipes para atender ocorrências diversas, com ênfase em incêndios em áreas urbanas e periurbanas, sem descuidar de outras categorias.

CONCLUSÃO

A evolução observada no mês de outubro revela uma distribuição concentrada de atendimentos nas zonas Sul e Leste, representando aproximadamente 65,58% do total de 61 ocorrências. Esse posicionamento geográfico sugere que esses territórios apresentam maior vulnerabilidade a riscos de natureza urbana e periurbana, exigindo uma abordagem integrada de prevenção, monitoramento e resposta rápida. A permanência de esse padrão ao longo de diferentes meses pode indicar fatores estruturais, como densidade populacional, concentração de infraestrutura crítica, limitações de drenagem e condições de mobilidade, que requerem ações coordenadas entre a Defesa Civil, órgãos municipais de infraestrutura, meio ambiente e participação comunitária local. Nesse sentido, a conclusão operativa é clara: é essencial alocar recursos de maneira mais estratégica para Sul e Leste, priorizando rondas preventivas, pontos de apoio logísticos, pontos de encontro comunitários e mecanismos de evacuação que reduzam o tempo de resposta e aumentem a resiliência dos moradores frente a situações de emergência. Além disso, a atuação nessas zonas deve incorporar avaliações periódicas de vulnerabilidade, com foco na identificação de gargalos de infraestrutura, fragilidades de drenagem e pontos de risco que possam evoluir para ocorrências mais graves sem intervenções preventivas adequadas. A visão geral aponta para a necessidade de investimentos em treinamento de brigadas comunitárias, capacitação de agentes locais e melhoria de comunicação com a população, assegurando que moradores estejam cientes de rotas de fuga, pontos de encontro e procedimentos de autoproteção. Essa educação cívica deve ser acompanhada de materiais educativos, simulações de evacuação e campanhas de conscientização sobre queimadas

urbanas, que compõem o conjunto de ações que fortalecem a resiliência comunitária e reduzem a exposição a riscos durante eventos de crise.

No âmbito temático, as queimadas ou incêndios se destacam como a maior parcela das ocorrências, respondendo por 34,43% do total, seguidas por ocorrências relacionadas a árvores/vegetação (26,23%) e a imóveis residenciais (24,59%). Esse panorama sugere a necessidade de uma abordagem integrada que vá além da resposta pontual para incluir prevenção proativa, monitoramento ambiental e planejamento urbano sustentável. Reforçar a vigilância de áreas de vegetação, especialmente nas bordas periurbanas, demanda parcerias com órgãos de meio ambiente, corporações de bombeiros, unidades de proteção ambiental e organizações da sociedade civil. A implementação de planos de contingência sazonais, com foco na temporada de maior risco, pode incluir sistemas de alerta rápido, peças de comunicação com a comunidade em tempo real, bem como exercícios simulados envolvendo equipes da Defesa Civil, bombeiros e serviços de saúde. Além disso, é crucial ampliar a educação sobre manejo de queimadas controladas, descarte inadequado de resíduos agrícolas e práticas de queima responsável, para reduzir incidências e melhorar a resposta conjunta entre órgãos governamentais e população. A redução dessas ocorrências depende, em grande parte, de ações de prevenção, planejamento urbano mais robusto e participação comunitária contínua, o que implica investimento sustentável em campanhas educativas, infraestrutura de apoio e fortalecimento de redes locais de vigilância.

A proteção de imóveis residenciais permanece como uma linha de atuação de alta prioridade, com um componente crítico que envolve não apenas a resposta a emergências, mas também a preparação preventiva das famílias. Com quase um quarto do total de atendimentos, as residências demandam atenção especial em termos de rotas de evacuação, pontos de encontro, treinamentos de autopreservação e comunicação de risco. A conclusão operacional aponta para a necessidade de ações contínuas de educação comunitária que envolvam moradores, escolas e associações de bairro, promovendo rotinas de prática de evacuação, identificação de vias seguras e procedimentos simples de primeiros socorros. Além disso, recomenda-se a implementação de materiais educativos acessíveis e contínuos em plataformas digitais, bem como a organização de workshops periódicos com participação de agentes da Defesa Civil, equipes de saúde e instituições educacionais. Tais iniciativas fortalecem a capacidade de resposta local e reduzem a vulnerabilidade de famílias ante desastres, ao mesmo tempo em que promovem uma cultura de prevenção que acompanha a dinâmica urbana e a diversidade sociodemográfica da cidade. A cooperação com entidades comunitárias facilita a disseminação de informação crítica, o que, por sua vez, aumenta a confiança da população nas ações de proteção civil, encorajando a participação ativa e a observância de práticas seguras em situações de risco.

Por fim, a conclusão reforça a importância de um quadro de governança claro, com indicadores de desempenho bem definidos para monitorar o progresso ao longo do tempo. A implementação de KPIs, como tempo médio de resposta, tempo de atendimento, taxa de redução de ocorrências de queimadas e eficiência de recursos, permitirá avaliar a efetividade das ações mobilizadas e orientar ajustes estratégicos com base em evidências. A adoção de um ciclo contínuo de planejamento, execução, monitoramento e melhoria é essencial para manter a capacidade de resposta em patamar elevado e para que a defesa civil municipal possa adaptar-se rapidamente a mudanças no perfil de risco da cidade. A integração entre dados geoespaciais, informações de campo, redes comunitárias e métricas operacionais deve ser fortalecida para assegurar que as ações de prevenção e resposta estejam alinhadas com as necessidades reais da população. Em síntese, outubro demonstrou tendências decisivas que, quando bem geridas, podem transformar a capacidade

de proteção da cidade, reduzir impactos de desastres e fomentar uma cultura de resiliência compartilhada entre a administração pública, a comunidade e os setores privados.

